

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
O REFLEXO DA NOVA PERSPECTIVA DE GÊNEROS E O DIREITO	21
1.1. A diferenciação terminológica entre gênero e sexo	21
1.2. A incorporação da expressão “ <i>gender mainstreaming</i> ”	25
1.3. A ruptura histórica originada do conceito de “ <i>gender mainstreaming</i> ”	28
1.3.1. A Declaração Universal dos Direitos do Homem .	28
1.3.2. Os Novos Instrumentos e a Convenção Beijing 1995.....	35
1.4. As consequências da implantação formal da “ <i>gender mainstreaming</i> ”	46
1.5. A sociedade entre a Declaração Universal dos Direitos Humanos no pós-Beijing 1995 e a “ <i>gender mainstreaming</i> ”.	50
1.5.1. Os “anos dourados”, o surgimento de uma subcultura e o individualismo na sociedade.....	51
1.5.2. A revolução cultural das décadas de 1960 e 1970.....	53
1.5.3. O surgimento de uma “sociedade excludente”.	57
1.5.4. A dificuldade de efetivação estrutural da perspectiva do agir para o entendimento mútuo.	64
CAPÍTULO 2	
A LEGISLAÇÃO COMPARADA NO PÓS-GUERRA E A “GENDER MAINSTREAMING”	71
2.1. O Japão.....	72
2.2. A China.....	73
2.3. A Índia.....	74

2.4.	Estados Unidos da América	75	
2.5.	A Europa.....	76	
2.5.1.	A Alemanha	77	
2.5.2.	A Itália.....	78	
2.5.3.	A França	79	
2.5.4.	Reino Unido	80	
2.5.5.	O reconhecimento formal da “ <i>gender mainstreaming</i> ” e o problema da eficácia em sua implantação na Europa	81	
2.5.5.1.	O Conselho da Europa.....	81	
2.5.5.2.	A União Europeia	83	
CAPÍTULO 3			
A EVOLUÇÃO DA BUSCA DE DIREITOS DE IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL.....			87
3.1.	A herança de uma colonização patriarcal.....	87	
3.2.	O período do Brasil Império e a manutenção do Estado Patriarcal	89	
3.2.1.	O início do Império e a mulher na sociedade brasileira.....	89	
3.2.2.	A ascensão da burguesia	90	
3.2.3.	A imprensa e a evolução histórica do feminismo.	95	
3.3.	O Brasil República, a mulher da classe baixa e o movimento operário	98	
3.4.	O voto feminino, o “feminismo burguês” e o “feminismo operário” no Brasil.....	100	
3.5.	A Ditadura Militar e o movimento feminista.....	105	
3.5.1.	A “abertura política”	108	
3.6.	A violência doméstica dentro do feminismo no Brasil	110	
3.7.	A Assembleia Constituinte e a Constituição Federal de 1988.....	114	
CAPÍTULO 4			
DISCREPÂNCIA SOCIAL, IGUALDADE E A TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NO BRASIL.....			119
4.1.	A norma e o alcance de sua facticidade na questão de gênero	119	

4.2.	A transversalidade de gênero e a facticidade dos direitos da mulher	125
4.3.	O convencimento social e a transversalidade de gêneros	127
4.3.1.	O convencimento social a partir de uma educação básica	127
4.4.	A política pública e os conceitos de necessidades	130
4.4.1.	As classificações de Moser e Molineaux.....	130
4.4.2.	“Necessidades práticas” e “necessidades estratégicas”	132
4.5.	A educação como política pública base para a questão de gênero	135
4.5.1.	O convencimento social a partir de uma educação básica	137
4.5.1.1.	As perspectivas de ação segundo R. L. Selman	140
4.5.2.	A transversalidade e a sociedade adulta	144
4.5.3.	Os pontos críticos para a inserção de políticas públicas	146
4.5.3.1.	A ideia de crise da estrutura familiar..	147
4.5.3.2.	A transformação social da mulher na América Latina.....	150
4.5.3.3.	A transformação social da mulher no Brasil	155
4.5.3.4.	A pesquisa “Gênero, trabalho e família”	162

CAPÍTULO 5

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E AS AÇÕES POSITIVAS PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO

171

5.1.	A busca dos valores fundamentais da democracia.....	171
5.2.	O princípio da igualdade e o Estado Democrático de Direito	173
5.3.	O princípio da igualdade e a busca de igualdade de oportunidades	175
5.4.	O princípio da igualdade e o tratamento desigual.....	178
5.5.	A transposição do tratamento diferenciado para a questão de gênero.....	179

5.6.	O Direito Antidiscriminatório.....	184
5.6.1.	O encaixe das “ações positivas” dentro do princípio da igualdade.....	184
5.6.2.	Ações protetivas, medidas de igualação positiva e ações positivas.	187
5.6.2.1.	Ações protetivas e ações positivas	187
5.6.2.2.	Medidas de igualações positivas e ações positivas	188
5.6.2.3.	As quotas	189
5.6.3.	As ações positivas dentro do âmbito da questão de gênero.....	190

CAPÍTULO 6

A APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL COMO ELEMENTO DA EQUIVALÊNCIA DE GÊNEROS..... 193

6.1.	O Direito Penal e sua função sancionadora na questão de gêneros.....	193
6.2.	A aplicação do Direito Penal como <i>ultima ratio</i>	195
6.3.	O conceito de bem jurídico e a igualdade de gêneros	200
6.4.	O “risco” e a legitimidade da atuação do Direito Penal ...	204
6.5.	O feminismo e a busca das “ações positivas” no Direito Penal	210
6.5.1.	A inserção da equivalência de gêneros no Direito Penal	214
6.5.2.	A construção do Direito Penal com uma visão feminista	217
6.5.3.	“Direito Penal Moderno” e a transversalidade de gênero	219
6.5.3.1.	O Direito Penal Moderno para Hassemer	221

CAPÍTULO 7

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER 225

7.1.	Violência contra a mulher e transversalidade de gêneros	225
7.2.	Violência contra a mulher, atores responsáveis e âmbitos de ocorrência	228

7.3.	Conceito de violência doméstica contra a mulher	230
7.3.1.	Violência de gênero, violência conjugal, violência familiar e violência doméstica.....	234
7.3.2.	As formas de expressão da violência doméstica contra a mulher	236
7.3.2.1.	Violência física	237
7.3.2.1.1.	O feminicídio	238
7.3.2.2.	Violência psicológica.....	243
7.3.2.3.	Violência sexual	244
7.4.	A violência doméstica contra a mulher como questão social.....	244
7.4.1.	Violência doméstica contra a mulher e os danos sociais.....	247
7.4.1.1.	Consequências psicológicas à vítima ..	248
7.4.1.1.1.	A “síndrome da mulher maltratada”	252
7.4.1.1.2.	Transtorno de estresse pós-traumático.....	252
7.4.1.2.	Os custos sociais e econômicos ao Estado	253
7.4.1.2.1.	Custos diretos	254
7.4.1.2.2.	Custos não monetários	255
7.4.1.2.3.	Efeitos econômicos multiplicadores.....	256
7.4.1.2.4.	Efeitos sociais multiplicadores.....	257
7.5.	Ações afirmativas e a violência doméstica contra a mulher.....	258
7.5.1.	A legitimidade do uso.....	258
7.5.2.	Política pública no combate à violência doméstica contra a mulher	262
7.5.2.1.	Conflito doméstico e a experiência europeia de políticas públicas.....	263
7.5.3.	Evolução histórica do uso das ações afirmativas.....	267
7.6.	O Direito penal e a violência doméstica contra a mulher.....	270

7.6.1.	“Ações positivas” em Direito Penal. Ausência de legitimidade	270
7.6.2.	A situação pré-legislativa	273
7.6.2.1.	A crença em uma disfunção social.....	274
7.6.2.2.	O mal-estar social e os meios de comunicação social	275
7.6.2.3.	A existência de “um programa de ação”	279
7.7.	A violência doméstica contra a mulher na legislação comparada	281
7.7.1.	A legislação espanhola.....	282
7.7.2.	A legislação francesa	288
7.7.3.	A legislação italiana	290
7.7.4.	A legislação inglesa	292
7.7.5.	A legislação dos Estados Unidos da América.....	294
7.8.	A violência doméstica contra a mulher e a legislação brasileira.....	296
7.8.1.	A violência doméstica na Constituição Federal ...	296
7.8.2.	A violência doméstica contra a mulher e o Direito Penal no Brasil.....	297
7.8.3.	A violência doméstica contra a mulher e a legislação especial	299
7.8.4.	A Lei 11.340 de 2006	301
7.8.5.	Das inconstitucionalidades trazidas pela Lei 11.340/2006 em matéria penal	303
7.8.6.	Da inconstitucionalidade da Lei 11.340/2006 em matéria processual e penal	306
7.8.6.1.	O feminicídio e a perspectiva de gênero na legislação brasileira	314
7.8.7.	Proposta para a situação de violência doméstica contra a mulher	317
7.8.7.1.	A formação de política pública sustentável.....	317
7.8.7.2.	A mediação e a justiça restaurativa.....	318
7.8.7.3.	As medidas cautelares	322
7.8.7.4.	A atuação do Ministério Público.....	324
	CONCLUSÕES.....	327
	BIBLIOGRAFIA	333